

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Celebrando a “revolução”: os discursos presidenciais nas comemorações do aniversário do golpe civil militar de 1964 e a construção da memória oficial
Médici 1970-73 e Figueiredo 1979-84

Aluna: Mariana Ferreira e Silva – 00143857
Profª Orientadora: Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre, novembro de 2009

Celebrando a “revolução”: os discursos presidenciais nas comemorações do aniversário do golpe civil militar de 1964 e a construção da memória oficial
Médici 1970-73 e Figueiredo 1979-84

Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Carla Simone Rodeghero

PORTO ALEGRE
2009

Agradecimentos

Agradeço à professora Carla Simone Rodeghero pela ajuda e orientação.

Agradeço à banca por ter aceitado avaliar este trabalho e igualmente espero que a leitura seja proveitosa.

Agradeço ao pessoal do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa por todo auxílio que me deram na pesquisa com periódicos, além das conversas de estímulo.

Agradeço a todos aqueles que sentiram a presença da minha ausência quando escrevia estas linhas.

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuem para o conhecimento e reflexão sobre os anos de ditadura e que empenham-se na luta contra o esquecimento.

Agradeço ao meu irmão Guile, pela ajuda na digitação e por sempre entrar na sala na hora certa para me estimular, nos 5 minutinhos de descanso, a continuar o trabalho; ao Gabriel Dienstmann, pela solicitude e companheirismo no início dessa caminhada; a Caroline A. Baseggio, por todas as intermináveis conversas e estimulante apoio; ao Rafael Lameira que, surgido recentemente, revisou e avaliou este trabalho (além dos puxões de orelha); ao professor Enrique Padrós pelas dicas, apoio e amizade; ao Pietro Duarte, pela paciência e compreensão no processo de feitura do “bendito TCC”; à Camila Borba e o Artur Bernardo que, mesmo não estando envolvidos na História, me deram a amizade como estímulo; agradeço, por fim, à Denise Xavier e Tatiana Trindade, pelo grande apoio e ajuda, pela distração e pelo samba.

“São 11 horas e o samba tá quente deixa as meninas contentes, deixa as meninas sambarem em paz...”

Sumário

Introdução.....	05
Capítulo I: Médici (1970 – 1973).....	16
1970: “Haverá repressão, sim. E dura e implacável”.....	17
1971: “A Revolução de Março de 64 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza deste país”.....	21
1972: “O milagre brasileiro”.....	23
1973: “Os Governos da Revolução se impuseram à confiança do povo brasileiro”.....	27
Capítulo II: Figueiredo (1979 – 1984).....	30
1979:.....	31
1980: “As franquias democráticas estão mais presentes entre nós”.....	31
1981:.....	35
1982: “Ao invés de renegar o regime democrático, quis defendê-lo dos que lhe maquinavam a ruína”.....	35
1983:.....	38
1984: “Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação”.....	30
Considerações finais.....	42
Fontes.....	44
Bibliografia.....	46
Tabela de jornais consultados.....	47
Anexos.....	48

Introdução

A história da democracia e da luta por reformas sociais no Brasil sofreu um grande revés em 1964. Ao derrubarem um presidente legitimamente eleito sob a argumentação de restaurar a ordem e combater o comunismo, os militares instauraram um regime ditatorial que duraria 21 anos.

Um ano depois, em março de 1965, comemorava-se o primeiro aniversário da chamada “Revolução de Março”. O ritual de rememoração e comemoração realizado pelas Forças Armadas, que incluía a leitura de discursos, missas, jantares e paradas militares, foi igualmente praticado nos anos seguintes.

Parte da sociedade civil, por seu turno, também se manifestava ou era chamada a se manifestar, com hasteamentos de bandeiras em escolas, inaugurações de hospitais ou outras obras públicas e shows e jogos de futebol no estádio do Maracanã, como ocorreu em 1970. Todos estes eventos fazem parte de uma programação comemorativa. Como explicam Ludmila Catela e Alessandra Carvalho,

“Las conmemoraciones estaban acompañadas por otras expresiones que pretendían extender los festejos hacia las esferas cívico-militares, e incluían un inventario de elementos fundamentales para instalar “tradiciones” tales como deportes colectivos, conferencias sobre los avances tecnológicos y económicos, concierto de música erudita y misa. En las conmemoraciones abundaban las palabras como *revolución democrática, milagro brasileño, revolución y pueblo*.”¹

Não obstante, a qualidade de tal evento não era consenso na sociedade. No imediato pós-golpe,

[...] centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisionado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídio, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado.²

Por conta disso, havia parcelas da população brasileira que não tinham motivos para comemorar o aniversário do Golpe de 1964.

Como a data foi lembrada pelo regime anualmente, e como no cenário político encontramos, entre outros grupos, os que subiram ao poder e os que deles foram expulsos, a consolidação do aniversário do golpe como uma data nacional pode ter sido um processo tenso, especialmente se pensarmos nos anos mais duros da ditadura. De um lado, vivia-se o

¹ CATELA, Ludmila da Silva & CARVALHO, Alessandra. “31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshiladas. In: *La Conmemoraciones: Las Disputas en Las fechas <<in-felices>>*, Madrid: Siglo XXI, 2002 p.200

² GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 70

início de uma “nova era” de grandeza, advinda com a “revolução”, e de outro estava em funcionamento um Estado de exceção, com práticas terroristas e autoritárias, iniciado com o Golpe.

Ao considerar a relevância do evento histórico e a significância da data, este trabalho pretende **compreender a construção da memória oficial sobre o golpe militar, a partir dos pronunciamentos presidenciais feitos durante as comemorações do aniversário da “revolução”, ao longo dos mandatos do general Médici e do general Figueiredo.**

Os pronunciamentos presidenciais foram escolhidos como fonte porque estes seriam um meio bastante frutífero para compreender a ideologia militar, pois é o regime falando dele mesmo. É a consideração que certos setores militares tinham sobre a história do Brasil e os eventos ocorridos no final de março, início de abril de 1964. Neste sentido, acreditamos que os pronunciamentos foram uma das fontes que contribuíram para que fosse forjada a memória oficial sobre o Golpe. Não se pode esquecer, contudo, que havia divisões dentro do próprio meio militar e, sendo assim, os pronunciamentos também se direcionavam a ele na tentativa de construir consenso.

A análise dos discursos presidenciais será articulada ao acompanhamento dos jornais coetâneos, afim de, além de contextualizá-los, trazer informações sobre a comemoração oficial e, quando possível, apresentar algumas das respostas (permitidas) da sociedade civil às comemorações, sejam de completo apoio, indiferença ou repúdio.

Esta pesquisa também vale-se da comparação entre dois períodos distintos: o período mais fechado do regime e o da sua abertura. A promulgação do AI-5 ocorre na época do mandato de Costa e Silva. No entanto, é no período Médici que este é amplamente utilizado, e, associado a outras práticas de maior violência e repressão, configura-se no período de maior fechamento do regime.

Se a distensão começou com Geisel, o fim da ditadura ocorre no mandato de Figueiredo, no qual medidas como o fim do bipartidarismo e a anistia, aos poucos, remodelaram o cenário político e social. Este período não foi plenamente calmo, vale lembrar, mas diferencia-se dos “anos de chumbo”.

Como se comporta a memória de um mesmo evento lembrado em momentos diferenciados, mas ainda inseridos no período ditatorial? Como será sustentada a memória do golpe em um período que apresenta, ao mesmo tempo, um contexto econômico (aparentemente) satisfatório e ações repressivas em excesso? Como o pronunciamento presidencial irá se articular quando, já no final da década de 70, disputa o espaço da memória com uma oposição forte, com denúncias ao regime e com escasso apoio dos empresários?

* * *

São conhecidas as razões apontadas pelos militares – contextualizadas na Guerra Fria e endossadas nos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional – para a necessidade do golpe e são estas que vão forjar um caráter revolucionário que daria início à “nova era”³. Ao estudar a questão sobre o golpe e as suas comemorações nos discursos, pode-se perceber a constância do tema em outras fontes e a relevância que este poderia ter. Não somente nos discursos analisados está presente a “Revolução de 64”, mas também em outros discursos dos apoiadores do novo regime quando se queria reafirmar o progresso que o país estava alcançando, quando se pretendia valorizar a nação, quando se queria elevar a moralidade do povo, etc. Sendo assim, o golpe passou a ser a referência de um novo Brasil, e assegurar os ideais revolucionários contra a subversão e o terrorismo seria interesse e dever de todos.

A “Revolução de Março”, ou “Revolução democrática de 31 de março” converte-se em um ponto de referência da memória do país, o que faz como que a análise do esforço empreendido pelos militares na transmissão e consolidação dessa memória seja central neste trabalho. Primeiramente, no entanto, é salutar que atentemos para o próprio uso do termo “revolução”, empregado desde os primeiros instantes da articulação golpista, usado para nomear seus atores e fixado como marco histórico.

O termo “revolução” como mudança/aceleração histórica gerada na convergência de conflitos entre as velhas instituições e as novas forças produtivas já é proposto por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã* (1846). A partir desta conceitualização – aqui vulgarmente resumida – é que as reflexões sobre a “revolução burguesa” e a “revolução comunista” puderam ser elaboradas⁴. A esquerda, por seu turno, ocupou-se exaustivamente no debate desses conceitos, tentando compreendê-los – mais do que praticá-los – e reelaborá-los segundo as condições específicas de suas realidades.

A apropriação desse debate pelas esquerdas brasileiras também atentou para o caráter que a revolução deveria primeiramente ter e – em termos táticos, principalmente no pós-golpe e com a decretação do AI-5 – para a questão da dicotomia entre a opção pela guerrilha urbana ou rural. Nos entremeios das construções teóricas sobre as estratégias e as táticas para se chegar, por fim, ao socialismo, é fundamental nos debruçarmos sobre as teses propostas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as reflexões desenvolvidas por Caio Prado Jr., que variam suas perspectivas no que tange ao caráter e aos atores da revolução brasileira.

³ Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁴ V. G. K., Dicionário do pensamento marxista, Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2001. verbete Revolução.

Talvez um matiz “nacional-reformista” possa caracterizar as diretrizes seguidas pelo PCB. Considerando a existência de traços feudais no Brasil, a revolução brasileira teria como primeira etapa uma revolução burguesa – sendo agrária, antiimperialista e contra o latifúndio feudal. Desta forma a transição do feudalismo para o capitalismo seria efetivada.

“[...]A grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora.⁵”

Caio Prado Jr., em sua principal obra teórica, *A Revolução Brasileira*, datada de 1966, traça a sua concepção de revolução, conflitante com a proposta pelo PCB. Para o intelectual, a revolução não é exatamente um movimento violento e insurrecional, mas sim a transformação que este movimento de aceleração histórica promove depois da tomada de poder; a revolução também não pode ser dogmatizada e enquadrada em esquemas rígidos preestabelecidos, não pode ser tomada *a priori* sua natureza.

A crítica que Caio Prado faz à esquerda pecebista baseia-se na tentativa de ajustar conceitos inadequados à realidade brasileira, seguindo indiscriminadamente as teses soviéticas e tomando modelos do feudalismo europeu como próprios para o caso brasileiro. Essa avaliação errônea da teoria e da história é que fez com que a ação revolucionária não fosse eficiente⁶, eis o mote da contribuição de Caio Prado que balançou a esquerda. Mais tarde essas idéias penetrariam na esquerda armada, influenciando seus programas e formas de atuação.

Ironicamente, o golpe que desarticulou as forças progressistas – que foram derrotadas sem muita resistência –, também recebeu a alcunha de “revolução”. “Os golpistas, e não revolucionários, para Caio Prado, usaram a palavra ‘revolução’, quando na verdade reagem e a impediam, porque reconheciam a penetração profunda dessa idéia no povo⁷.” Fez-se necessário nomear a intervenção militar com um substantivo próprio que pretendia lhe conferir legitimidade. A análise dos pronunciamentos presidenciais pode oferecer pistas sobre a acepção desse conceito, visto o abundante emprego deste tanto na fala presidencial quanto nas comemorações de aniversário.

Procurava-se, nessas comemorações, dar um determinado sentido ao passado. É **objetivo geral** da análise dos pronunciamentos de Médici e de Figueiredo, então, apreender o sentido desse passado que é trazido ao presente no momento das comemorações, sem perder

⁵ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993. p.25

⁶ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

⁷ IDEM p.183

de vista que o próprio movimento de resgate interfere neste sentido. Como define Philippe Raynaud: “Comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento... É um espaço para perpetuar a lembrança e indica a idéia de uma ligação entre homens fundada sobre a memória”⁸. Neste caso, não se trata apenas de relembrar um passado, mas de lembrá-lo como um evento a ser comemorado, tornando-o um marco positivo da *nossa* história. Por este caminho podemos começar a pensar na relação que pode ser estabelecida entre comemoração, identidade, memória e legitimidade.

Michael Pollack, em seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio*, introduz conceitos que são fundamentais para se começar a explorar a temática da memória e que auxiliaram na estruturação deste trabalho. Os apontamentos sobre a memória coletiva e o enquadramento da memória foram as contribuições mais relevantes.

A memória coletiva é composta e sustentada por uma série de pontos de referência, entre eles as datas históricas em constante rememoração. Neste sentido, o 31 de março, como já foi anteriormente afirmado, foi, pouco a pouco, solidificando-se na memória coletiva durante o regime militar – ou, pelo menos, a tentativa e o sentido foram dados pelos governantes. Maurice Halbwachs, sobre essa questão, já havia afirmado ser função dessa memória reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva⁹, reforçando o sentimento de pertença de cada grupo. É com este significado que se pretende explorar as fontes, sem descuidar, também, “dos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias¹⁰”

Como “enquadramento de memória”, ou “trabalho de enquadramento” entende-se a operação de delimitar as referências, selecionar o passado a ser transmitido dentro daquilo que um grupo forja para si. Ainda segundo Pollak, “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...]”¹¹. Dessa forma, interpreta-se que os pronunciamentos reforçam a seleção de certos acontecimentos e personagens, visando construir uma memória coletiva simpática ao regime. Esse trabalho também tem certos limites, pois, se certas versões do passado são construídas arbitrariamente, sem uma justificação, sua eficácia ou permanência não estão garantidas. Isso significa que há

⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral, comemorações e ética*. Projeto História Oral, São Paulo, nº 15, p. 157-164, abri 1997. p. 01

⁹ POLLACK, p.01

¹⁰ IDEM

¹¹ IDEM, p.07

necessidade de uma justificação social para não permitir que outras memórias se sobressaiam. Essas memórias que estão em conflito são as chamadas “memórias subterrâneas”, apontadas por Pollack como “parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à ‘memória oficial’, no caso, a memória nacional”. Ainda que não sejam trabalhadas nesta pesquisa, sabe-se de sua existência e considera-se que estas estejam presentes paralelamente à memória proposta pelos militares, no entanto, sem espaço para emergir no período Médici¹².

Um período ditatorial apresenta peculiaridades e pede considerações específicas sobre o trabalho com a memória. Para tanto, Elizabeth Jelin, em *Los Trabajos de la Memoria*, traz à luz esse tema entrelaçado às questões geradas no estudo da história das ditaduras de segurança nacional. É justamente desta publicação que foram extraídos as ferramentas que melhor proporcionaram a análise das fontes.

Como entender a inserção e a atuação da memória em um contexto ditatorial? Nesses períodos, o que se observa é que o espaço público está monopolizado por um relato político dominante, no qual a demarcação entre o que é bom e o que é ruim está claramente definida – a censura auxilia também nessa monopolização. Comprimidas pela memória oficial, as memórias alternativas tornam-se proibidas e clandestinas e o terror, medo ou trauma resultam muitas vezes no silêncio. Há, portanto, poucos desafios à memória oficial.

As datas e suas comemorações são ativadores da memória e também podem ser incluídas nesta monopolização. Quando são dados os golpes militares, seus atores logo atribuem uma visão salvadora deste acontecimento; para seu aniversário, nada mais natural do que comemorá-lo com a nação. Nem todos compartilham desta mesma memória, mas as possibilidades de expressar um posicionamento diferenciado são progressivamente tolhidas dentro das ditaduras, como é caso brasileiro. A memória oficial não pode ser ameaçada.

Nos discursos inseridos nessas comemorações, não basta somente lembrar a data para que esta não seja esquecida, mas lembrá-la e atribuir-lhe um caráter – como já visto, um caráter positivo sobre o passado recente. Segundo Jelin, “a constituição, a institucionalização, o reconhecimento e a força das memórias e das identidades se alimentam mutuamente¹³”. Isto é, o exercício de rememorar e construir a memória sobre um evento histórico objetiva também fortalecer aquela referência. Considerando o contexto de ditadura militar, a coesão gerada pelo sentimento de pertença/identificação passa a ser de extrema importância como

¹² O enquadramento da memória precisa de atores, no caso desta pesquisa são Médici e Figueiredo.

¹³ La constitución, la institucionalización, el reconocimiento y la fortaleza de las memorias y de las identidades se alimentan mutuamente. JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p.25

sustentáculo do regime. A memória pode ser, então, mais um canal do qual os militares fazem uso para garantir e legitimar sua permanência no poder.

A ditadura civil militar sustentou-se durante 21 anos, amparada em mecanismos intercalados de coerção e de coesão. A presente pesquisa centra-se na análise de elementos que estão inseridos na esfera de coesão – sem esquecer que os defensores do regime tentam, também, justificar os mecanismos de coerção aplicados. Em realidade, o seu projeto de organização social precisa de ampla aceitabilidade, tanto em um âmbito coletivo, quanto individual.

Maria José de Rezende em seu livro *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade* faz uma análise sociológica sobre natureza do regime militar tentando compreender os mecanismos explorados pelos militares para legitimar sua ocupação no poder. Foi de suma importância neste trabalho a relação traçada por Rezende entre a pretensão de legitimidade ligada à democracia, pois, como será visto nos discursos, à “revolução” feita pelos militares são atribuídas intrinsecamente aspirações democráticas.

“A afirmativa de que a ditadura tentava legitimar suas ações e medidas através da construção de um suposto ideário de democracia significa que se está empregando o sentido de legitimidade como busca de reconhecimento, por parte da maioria dos segmentos sociais, em torno dos valores propalados como fundantes do regime militar, bem como a procura de adesão às suas pressuposições em torno da convivência social¹⁴.”

Se a “revolução”, além de dar início à ditadura, também carrega em si os pressupostos que a justificam, por que no momento de lembrá-la diante da nação as palavras que reconstroem o passado estariam isentas de qualquer pretensão de legitimidade? Por que o consenso sobre o passado não seria importante no presente se este estrato de tempo onde é lido o discurso preocupa-se em assegurar o futuro? Sob esses questionamentos é que pretendo entender melhor os elementos dados/selecionados na construção da memória da história do golpe realizada nos discursos comemorativos.

Para analisar a fontes, em um primeiro momento, buscaram-se leituras sobre a metodologia da Análise de Discurso, pois esta parecia ser a mais indicada para se conseguir um bom aproveitamento das fontes. A AD é uma metodologia multidisciplinar que articula três campos do conhecimento científico: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria dos discursos¹⁵.

Todavia, o resultado das leituras mostrou-se diferente. Em resumo, a AD considera sempre o contexto histórico em que é feita a produção, detém-se bastante na lingüística, atenta

¹⁴ REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e Pretensão de Legitimidade*. Londrina: Editora UEL, 2001. p.03

¹⁵ INDURSKY, Freda. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p.18

para as regularidades que fazem com que um enunciado ou uma série destes formem um discurso e que o discurso está sempre interpelado por uma ideologia. No entanto, como este trabalho é fruto de uma pesquisa de história, não há outra forma de considerar os discursos como fonte senão inseridos em um contexto históricos, é justamente por serem uma produção histórica que são estudados e por poderem “falar” sobre uma determinada época. Tanto as regularidades quanto a interpelação ideológica também são previamente consideradas, pois estes discursos, que são estruturados pelo mesmo motivo – comemoração do golpe –, e seus interlocutores estão introduzidos num cenário político já com sua organicidade marcada. Por fim, a importância dada à lingüística poderia ser substituída pelas reflexões sobre memória.

A leitura do livro de Jelín acima referido oferece ponderações sobre, por exemplo, o uso do passado no presente, as mudanças que a memória sofre – e no que diz respeito a um período ditatorial, a diferença entre o auge do regime e sua abertura –, a forma e a importância da memória coletiva tocar na memória individual ou, ainda, sobre qual o papel se atribuem os ditadores ou qual a tendência apresentadas nas memórias que são identificadas como diretrizes da doutrina de segurança nacional. O entendimento da doutrina de segurança nacional e as contribuições sobre a pretensão de legitimidade também servirão de ferramentas no processo de exposição e análise das fontes.

* * *

Já sendo de meu conhecimento prévio a existência de algum pronunciamento presidencial em meio às comemorações no dia 31 de março, busquei averiguar onde estariam publicados. Quanto ao período de Médici, foram publicados pela Secretaria de Imprensa da República, em todos os anos de seu mandato, alguns livros reunindo as diversas falas do general. Desta forma consegui ter um fácil acesso às estas fontes. Os discursos analisados foram extraídos então dos seguintes volumes: *Nova consciência de Brasil* (1970), *A tarefa de todos nós* (1971), *O sinal do amanhã* (1972) e *Os vínculos da fraternidade* (1973).

Os discursos atinentes ao período de Figueiredo, no entanto, trouxeram-me maior dificuldade. Apesar de os anos de 1980, 1982 e 1984 estarem publicados em edições da Secretaria de Imprensa da República, em um formato parecido ao que encontrei na seleção anterior, os anos de 1979, 1981 e 1983 não estão presentes. A pesquisa de apoio feita nos jornais resolveu em partes essa questão. Quanto ao discurso de 1979, publicado nos periódicos, este foca-se na então recente posse de Figueiredo, não tratando das comemorações de aniversário da “revolução”; os anos de 1981 e 1983, por seu turno, não estão nem publicados e não são mencionados, sendo contrastante com a situação encontrada em todos os outros discursos desta pesquisa. Um critério para seleção do discurso é sua abrangência, isto

é, se o pronunciamento destina-se à nação e é veiculada; esses anos excepcionais não contemplam a proposta, não sendo aqui analisados tais como os outros.

Portanto, a série documental a ser trabalhada nesta pesquisa compreende: 1) os discursos pronunciados pelo ditador presidente de cada período. Apesar de haver outros pronunciamentos oficiais – de governadores dos Estados, ministros de alguma das três armas, etc. – na data de 31 de março, o discurso presidencial tem um caráter central nas comemorações, ocasionado pela posição do seu interlocutor no contexto social; 2) discursos que alcançam um elevado nível de difusão, seja publicados nos jornais, seja veiculados em rádio e televisão em cadeia nacional.

As fontes periódicas usadas como apoio foram os jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo* nos anos de 1970 a 1973 e 1979 a 1984 e os dias selecionados para a pesquisa abrangem a última semana do mês de março e a primeira de abril (ver tabela, página 47). A delimitação por tais datas foi assim estabelecida com o intuito de conhecer a expectativa gerada em torno das comemorações e qual seria a programação prevista para as celebrações oferecidas em diferentes âmbitos – informações encontradas no mês de março – e como foram realizadas as comemorações e suas repercussões – informações do mês de abril. Tentou-se, por tanto, a apropriação do cenário das comemorações que não se pode encontrar propriamente nos discursos, servindo como complemento a estes.

Por vezes, não foram encontrados os exemplares de dias mais relevantes, tais como o dia 31 de março ou 1º de abril – seja por motivos de conservação e/ou armazenamento. A dinâmica da pesquisa com os dois periódicos possibilitou, então, que a lacuna encontrada em um dia fosse preenchida por outro; creio que dessa forma foi possível coletar um bom número de informações que auxiliariam na compreensão do período e da temática trabalhada.

Ao realizar a leitura dos jornais na busca de informações, também tornou-se difícil delimitar o que seria selecionado para compor o quadro das matérias interessantes à pesquisa. Para resolver esta questão, os critérios estabelecidos foram: abordar as comemorações – programação e realização –, trazer informações sobre o discurso – produção e comentários –, situar a “revolução” em seu plano social bem como nos debates políticos e, por fim, notícias ou matérias que proporcionassem uma compreensão do período, o que era contemporâneo àquelas comemorações significativamente – a percepção diferenciada e peculiar que o jornal pode acrescentar à pesquisa histórica.

Neste sentido, uma observação importante deve ser feita: como material complementar, a pesquisa nos periódicos não buscou analisá-los como fonte, ainda que seja inevitável uma leitura diferenciada destes. A preocupação não centrava-se na abordagem das

comemorações realizada pelos jornais, mas sim nas informações que poderiam acrescentar às fontes principais – os discursos.

O que se pode constatar a partir dos jornais é que estes também acompanham as mudanças de cada época. É perceptível a diferença do número de reportagens sobre as comemorações: ou estas foram escasseando-se ou os próprios jornais trataram – conscientemente ou não – de reduzir a ênfase dada às cerimônias, trocando esta temática por debates políticos candentes.

Após conhecer a relevância dada pelos militares à data de seu golpe e à comemoração deste, considerar a necessidade de coesão e convencimento e a importância que a memória pode ter nesta questão é que se pode mais facilmente traçar os objetivos e as motivações que levaram à realização desta pesquisa.

Inserido na problemática da construção da memória oficial sobre o golpe, objetiva-se compreender qual o sentido dado ao passado naquele momento e o que foi selecionado para compor o quadro que formará a memória da nação sobre a “revolução de março”. Para tanto, alguns questionamentos foram postos: como o general presidente de cada época se dirige à nação? Como reconstitui a história? Quais são, então, os antecedentes da “revolução”? Por que foi feita? Por quem foi feita? Como foi feita? Qual mudança foi provocada por este evento? Quais os compromissos da “revolução”? Como esta se relaciona com o presente (e porque não, com o futuro)? Nas entrelinhas, indiretamente, mas não menos importante, ainda se pode perguntar: como esse enquadramento se sustentou nos dois períodos? Existe o reconhecimento de algum fator negativo do regime? Qual o espaço que a oposição ocupa? Como a ideologia de segurança nacional pode ser percebida?

Estas questões tentarão indicar uma possível interpretação do passado propalada pelos militares nos discursos comemorativos na tentativa de transferir o seu projeto próprio como projeto de toda a nação.

O trabalho se divide em dois capítulos e a conclusão. Cada capítulo trata de um mandato, ainda que algumas temáticas possam aparecer repetidas em ambos. Optou-se pelo critério cronológico justamente por este poder proporcionar, posteriormente, uma visualização mais contrastante entre um e outro general e a memória que está em construção e o período em que estes elementos estão inseridos. Os capítulos compreendem uma rápida contextualização do período, a exposição e a análise dos discursos e os acréscimos proporcionados pelos periódicos; as considerações finais tentarão elencar as continuidades e

rupturas encontradas nos discursos e expor algumas reflexões sobre a questão das comemorações/rememorações do golpe de 64 hoje.

Capítulo I

Médici (1970-1973)

O fechamento do regime ditatorial foi intensificado no final da década de 60, fazendo do período Médici (1969-1974) anos de extremo controle social, repressão e cerceamento da liberdade. Paralelamente, a prosperidade econômica proporcionada pelo “milagre” tratou de amenizar temporariamente as tensões sociais emergentes. Entre o tri campeonato de futebol, o “Brasil: ame-o ou deixe-o” e a morte de Lamarca e Marighella e o arrocho salarial é que se desenrolaram os “anos de chumbo”.

Os pronunciamentos de Médici

Tentar-se-á, aqui, trabalhar as fontes de maneira dinâmica, sem que fiquem meramente expositivas e que ao mesmo tempo estejam bem claras em sua compreensão e contribuição. Em linhas gerais, os quatro discursos (de 1970-1973) possuem a mesma divisão: iniciam com a saudação ao povo e o chamamento à nação para que relembre o mês de março de 64; convertem o pronunciamento para o presente, dando, cada um em seu contexto, a relação entre aquela realidade e a “revolução”; por fim, encerram ou fazendo ligações entre política e religião, aproveitando a proximidade do 31 de março com a Páscoa, ou projetando a importância desta data para o futuro. Atentou-se, no entanto, para que cada ano fosse analisado particularmente, considerando sua contribuição peculiar para o todo.

Apesar de serem marcados por um discurso rememorativo e comemorativo, estes pronunciamentos não se restringem a uma descrição do passado, ao desfecho para o golpe ou a elencar os atores históricos; o presente também retratado é apresentado em forma de dados econômicos e sociais, além das obras e dos programas implementados pelo governo. A questão econômica nos discursos desse período ocupa quase que a totalidade dos temas referentes ao presente. Esses dados são apontados como “resultados da revolução de março”, promovendo a aproximação entre o passado e o presente em um sentido mais prático. São explicitados, ao mesmo tempo, os compromissos desta e a eficácia que teve em alcançá-los, consolidando-se como fator de mudança na história do Brasil.

Neste recurso de interligar passado-presente é que também é construído o sentido histórico do golpe. Como afirma Koselleck: “o presente contem e constrói a experiência

passada e as expectativas futuras.¹⁶ Talvez se os frutos colhidos não fossem tão positivos naquele momento, não haveria o que ser celebrado no 31 de março.

1970: “Haverá repressão, sim. E dura, e implacável.”

No primeiro discurso como presidente nas comemorações do 31 de março, Médici anuncia que expressará como vê e sente a “revolução”.¹⁷ A tarefa, no entanto, não pode ser realizada sozinha, é necessário que a nação lembre também:

“A Nação se lembra da quaresma de 1964, para nós bem mais triste do que todas, porque então se crucificavam os valores democráticos e cristãos da alma brasileira, no cerco da desordem e da turbulência, da injustiça, da demagogia e da intimidação, que haveria de fechar-se na tormentosa sexta-feira 13.

Está bem viva na memória do País a marcha da família, pelas ruas, do sentimento religioso e cristão de nosso povo, exigindo o fim de todos os desmandos.

A Nação bem se lembra do motim da quinta-feira santa de 64, e sabe que vivemos, na angústia daquelas horas, a agonia da disciplina, da ordem, do respeito, da hierarquia, da autoridade.”

Neste trecho que abre o discurso, a nação é envolvida no ato histórico (o “nós” aproxima o presidente dos seus interlocutores), evoca-se a memória desta sobre os fatos, pressupondo ou intencionando uma aproximação do que é pronunciado com a memória que se deve ter sobre a história do Brasil. Aos poucos, as razões para a “revolução” são traçadas: a situação caótica de março de 64 teria evidenciado a necessidade de uma mudança histórica. Para tanto, três episódios são selecionados.

A “sexta-feira 13” a que o general se refere é o Comício da Central do Brasil (RJ), ocorrido dia 13 de março de 64, no qual Jango, contando com a participação de 100 mil pessoas, anuncia as reformas de base.¹⁸ O anúncio das reformas, porém, não foi bem recebido pela direita, tanto militar quanto civil, agudizando a crise política no governo. A “marcha da Família”, ou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por grupos conservadores de São Paulo e Curitiba possuiu um caráter anticomunista e antipopulista, agregando cerca de 500mil pessoas. Esta marcha serviu aos militares como comprovação da existência de apelos populares contrários a Jango. Já o “motim da quinta-feira santa de 64”, naquele ano no dia 26 de março, trata-se da Revolta dos Marinheiros, é o episódio considerado como estopim para a revolta militar. “Ao anistiar os revoltosos, o presidente

¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

¹⁷ Durante o todo o trabalho o termo usado pelos militares para designar o golpe é usado entre aspas, estas são retiradas somente quando a referência feita parte do meio militar.

¹⁸ Reformas que incluíam, por exemplo, modificações nos dispositivos da reforma agrária, extensão do direito ao voto e a Lei de Remessa de Lucros

afrontou o ministro da Marinha que, dias antes, tinha punidos os ‘rebeldes’; provocou, assim, a indignação de toda a corporação militar”.¹⁹

A derradeira lembrança que a Nação *deve ter* torna-a ativa na história nacional:

“E a Nação também se lembra de que foi chamar os seus soldados dos quartéis para dizer o ‘basta’ e o ‘fora’ ao cinismo e à insensatez, à audácia e à anarquia, à desonestidade, ao despudor, ao desgoverno, à desagregação.”

Ativa, mas nem tanto. A ação conjunta Nação/soldados é que levou a cabo a solução para a desordem nacional; a tarefa da Nação foi chamar, a dos soldados executar. A “revolução” torna-se mais legítima se feita pela Nação, se há naquela a contribuição desta e um apelo por mudança. Como “Nação”, porém, não se tem uma definição clara do que a expressão abarca, mas para 1970 parece que se concebe que todos os brasileiros estão inseridos nesse conceito e, logo, nessa missão. A “revolução” é, portanto, uma produção coletiva articulada pelo interesse de todos contra um grupo divergente dos interesses nacionais.

Não obstante à retomada detalhada do passado, não há neste discurso a descrição de **como** a “revolução” ocorre. Ela simplesmente é “deflagrada”. Após, os rumos do país são acertados. A ação de deposição do presidente, as medidas do imediato pós-golpe ou a resistência por parte de alguns civis e militares não fazem parte da memória nacional que o pronunciamento presidencial quer construir.

Ao pronunciamento presidencial, uma ampla programação de comemorações foi organizada; é neste espaço que o discurso – gravado dia 28 de março para ir ao ar por rádio e televisão – está inserido. Segundo os jornais: “A revolução será comemorada festivamente em todo o território nacional. Órgãos federais e estaduais, associados a entidades particulares, promoverão atos públicos alusivos ao acontecimento”.²⁰ Em 1970, a programação se estendeu de 25 de março a 4 de abril, incluindo jogos de futebol, palestras, “spots” com o tema “O que a Revolução trouxe ao Brasil”. A programação presidencial no 31 de março é preenchida por um desfile militar, missa e almoço. À noite, às 20 horas, o discurso de 15 minutos foi transmitido por rádio e TV. No dia seguinte, a capa do jornal *Correio do Povo* estampava a manchete “Médici dirige mensagem de confiança à nação”. *Zero Hora* aproveita a oportunidade para publicar um suplemento com o levantamento do histórico da “revolução”, o papel das forças armadas, o progresso, etc. A memória do golpe é reforçada nos meios de comunicação e nestas longas programações oficiais e particulares.

¹⁹ TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. p. 23

²⁰ *Correio do Povo*, 26 de março de 1970, p.06

Passados seis anos, “seis anos que salvaram o País da bancarrota”, as conquistas logradas são atribuídas ao marco histórico, pois, como indica Médici, “a Revolução venceu a desordem, a hiperinflação e a imoralidade que se plantara na administração pública”. Entre essas vitórias, no entanto, uma foi de extrema importância para “salvar” *nosso* país: “a luta contra a subversão.” Esta temática consome boa parte do discurso de 1970, que expressa ao mesmo tempo uma das motivações para a necessidade de um golpe e um presente marcado pela dialética entre repressão e resistência.

Médici reconhece a presença de inimigos internos que, aliados do poder, promoveriam “ataques às intuições democráticas”. Dentre estes ataques estão as tentativas dos “agentes da subversão” de impopularizarem a “revolução”.

“Para isso, é aproveitando-se da fase de ação necessariamente punitiva e repressiva, dos primeiros tempos de poder revolucionário, procuraram, tais agentes, conquistar a alma generosa da juventude – sobretudo da juventude universitária. Isso levaria ao engano de supor-se que o movimento de 31 de março, longe de uma revolução, fosse, na verdade, uma contra-revolução destinada a afogar em repressão – em sangue, se preciso – as mais legítimas aspirações de mudança das estruturas econômicas e sociais que tolham o País na busca dos caminhos de seu desenvolvimento autônomo e de formas mais justas de distribuição do produto do trabalho coletivo da Nação.

Apesar de reconhecer a existência de punições e repressão, estas são minimizadas na escala de tempo, somente próximas à “revolução” e necessária para o sucesso desta. Dando prosseguimento à análise da intervenção da “subversão”, Médici traça brevemente sua trajetória:

“Frustrados, nessa tentativa, por não terem atraído para o engodo a massa da nossa juventude – como também, já antes, o haviam sido no natimorto propósito de criar a guerrilha rural, por falta de apoio do nosso homem do campo – vêm, ultimamente, substituindo a escalada da contestação pela escalada do terrorismo. Praticam graves atos de banditismo – assassinatos, roubos e seqüestros de agentes diplomáticos de nações amigas, golpes-de-mão para os quais de nada mais precisam senão da audácia de uns poucos fanáticos dispostos ao crime inspirado no desespero.”

A radicalização das táticas da esquerda foi paralela ao fechamento do próprio regime. O histórico de lutas associado à conjuntura política da década de 60 acabou por provocar um grande interesse de integrantes do movimento estudantil à causa da esquerda e, posteriormente, um afluxo para organizações clandestinas: as ações possíveis de resistência e combate estavam todas confluindo para a opção armada. Ao contrário da afirmação do ditador, a guerrilha rural (“natimorta”) ainda teria um longo caminho, estendendo-se até 1975, com o aniquilamento da Guerrilha do Araguaia. Já os seqüestros de embaixadores e cônsules, prática comum às organizações clandestinas do Cone Sul, configuraram-se em uma tática relativamente eficiente de resgatar quadros importantes das organizações, demonstrando certa

fragilidade do aparato repressivo. Não há que esquecer, porém, que na seqüência de ações bem sucedidas, a repressão foi intensificada e desmantelou os grupos envolvidos nos seqüestros, que no final deste mesmo 1970 já não se mostravam tão promissores.

Por fim, Médici sugere que as ações da esquerda querem imputar um caráter repressivo ao regime “revolucionário”.

“Buscam induzir o Governo da Revolução a uma nova escalada de repressão, na qual adotam-se medidas restritivas das liberdades públicas que atingisse, não apenas a eles, os criminosos, mas, indiscriminadamente, a generalidade dos cidadãos, que, dessa forma, se tornariam duplamente vítimas de tais crimes.

Haverá repressão, sim. E dura, e implacável. Mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos.”

Sendo assim, a construção feita por Médici indicaria que só há repressão porque existe subversão e o suposto caráter popular da revolução traria a legitimidade das ações repressivas empreendidas pelos militares; porém, as características da ditadura demonstraram que só há repressão porque existe uma oposição – considerando o contexto fechado do regime. Pode-se pensar que havia nesta construção um intuito de justificar a inegável repressão usada para conter e inibir manifestações de diferentes esferas contrárias à ditadura. No entanto, a calma ainda estava garantida,

“Este governo é forte demais para se deixar atemorizar pelo terror. Muito menos para fazer da tranqüilidade da Nação e da liberdade de seus cidadãos – reféns da insânia provocadora de alguns poucos desgarrados.”

A presença do tema “combate à subversão” no discurso comemorativo ao aniversário do golpe pode, em um primeiro momento, parecer deslocada. No entanto, a escolha por esse tema também indica um dos sentidos dados ao 31 de março. Dentro do que é indicado pela Doutrina de Segurança Nacional – doutrina que agrega uma postura antimarxista, tendências conservadoras do pensamento católico, uma perspectiva conservadora da geopolítica atrelada à guerra total e à guerra fria – deter o “inimigo interno” é vital para todos os aspectos da vida social.²¹

Logo, a doutrina desenvolvida e propagada pela Escola Superior de Guerra (ESG) rege tanto o discurso quanto as práticas do governo ditatorial. Os princípios dessa doutrina, que tornariam justificáveis as ações militares, são transmitidos no pronunciamento como princípios próprios, coesos e pertencentes à nação.

²¹ COMBLIN, Joshep. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.54

1971: “a Revolução de Março de 64 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza deste país”

A ordem do dia para as comemorações do golpe este ano possuiu um caráter diferente em relação aos outros: em 1971 os soldados, oficiais e demais funcionários militares ao invés de participarem de cerimônias, desfiles e leituras de discursos empenhar-se-iam numa “jornada dedicada ao bem comum”. Sob o lema “Março, tempo de construir – ajude ainda mais a sua comunidade” é que atividades como doar sangue ou pintar uma sala de aula foram realizadas.²² As inaugurações, missas nas capitais e sessões de homenagens nas assembleias legislativas seguiram tal como nos outros anos. Em Porto Alegre, na Catedral Metropolitana, destacou-se uma missa rezada em homenagem “às vítimas do terrorismo” em Recife. As comemorações penetraram de forma diversificada em diferentes esferas da sociedade, podendo, assim, demarcar incisivamente a referência ao episódio de 64.

Já o pronunciamento presidencial fez um balanço da “revolução” e, apesar de não tratar, por exemplo, da questão da criação de um terceiro partido, o Partido Democrático Republicano, faria um “exame da política atual.”²³ Explora, mormente, as questões econômicas.

“Ao longo de nossa História, os princípios democráticos sempre corresponderam aos anseios mais profundos da alma brasileira, que, em todas as Constituições da República, o legislador interpretou no mandamento primeiro de que o povo é a fonte legítima do poder.

Cumprir reconhecer, no entanto, que a realidade de nossa vivência política nunca chegou a corresponder, com desvios e distorções, de que a evidência maior foram os rumos contrários às aspirações e interesses nacionais, marcados de desmandos administrativos e demagógicos, que levaram o povo e as Forças Armadas a fazerem a Revolução, cujo 7º aniversário hoje comemoramos.

Eram tão profundos os descaminhos da vontade popular, que a Revolução precisou ser desdobrada, porque se impunha dar ao Governo, que dele emergiu para servir ao povo, instrumentos e poderes capazes de realizar as necessárias modificações de nossas instituições e a decisiva aceleração de nosso progresso.”

A retomada da história aqui é proposta com o sentido que caberia dar ao passado, mais do que nos fatos que antecederam o golpe. A ameaça à democracia – questão cara aos militares, mas constantemente evocada – foi barrada pelo povo e pelas Forças Armadas. Mas, se foi a vontade popular que desdobrou a “revolução” para reorganizar o país e acelerar o progresso, o caráter popular e democrático estaria presente. No sentido de uma “nova legalidade” instaurada na ação conjunta do povo com as Forças Armadas, a ditadura procurou uma base onde assentaria sua aceitabilidade, “um sistema de idéias e valores sobre um

²² Zero Hora, 27 de março de 1971. p.18

²³ Correio do Povo, 28 de março de 1971. p. 04

suposto propósito democrático”, apresentado desde os primeiros instantes da articulação golpista²⁴. Não é a toa que o golpe civil militar também recebe a alcunha de “Revolução Democrática” dos seus próprios autores.

No discurso de 71, Médici se centrará nos bons resultados obtidos nos últimos sete anos, frutos da “revolução”. Começa aqui as constantes menções ao crescimento econômico alcançado, que tanto figurarão nos pronunciamentos presidenciais quanto serão o carro-chefe das propagandas do governo. Em meio a este processo, se as realizações promovidas por Castelo Branco e Costa e Silva alcançaram bons índices, é função de Médici é perpetuá-los:

“[...], a mim me toca tudo fazer para acelerar o ritmo desse crescimento, assim como ter coragem e imaginação para empreender mudanças essenciais à plena realização do ideal de bem-estar do povo, nos lugares e nos hábitos onde até hoje não chegou a Revolução”.

A Nação é testemunha do empenho de meu governo, desde o seu primeiro dia, em dar prosseguimento a todas as medidas que visa a progressiva estabilização da moeda [...].”

A personificação do governo no presidente não impede que a legitimidade deste discurso se encerre em Médici, ao contrário, este está inserido em um programa iniciado com o golpe. Há uma unidade que propicia o pleno desenvolvimento do país.

“Muito me alentam os resultados obtidos, que se expressam na confiança interna e externa, no fortalecimento de nossa vida econômica, e agora também na convergência de propósitos dos novos governos estaduais e dos membros eleitos do Congresso e das Assembléias Legislativas, dispostos à conjugação de esforços com o Governo Federal que resulte no alargamento e na consolidação da obra revolucionária.”

A “obra revolucionária” é expressa por dados econômicos, tais como “um crescimento de 9,5% do produto nacional”, “a receita de exportações se avizinha dos três bilhões de dólares”, “o surto da petroquímica” ou o “novo Plano de Construção Naval”. “É imenso o esforço revolucionário quanto à infra-estrutura de energia, transporte e comunicações.” Pode-se continuar a elencar os frutos “revolucionários”, tais como o programa MOBRAL ou a Transamazônica, posteriormente citados no pronunciamento. No entanto, esta breve amostragem contempla o objetivo de demonstrar o intenso uso de dados e programas governamentais que têm a sua concretude atribuída somente à efetivação da mudança histórica ocorrida em 31 de março.

A situação de prosperidade, no entanto, não existiria somente por responsabilidade de fatores econômicos.

²⁴ REZENDE, Maria José de. A Ditadura Militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e Pretensão de Legitimidade. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 34

“Todos os avanços que, ao longo desses anos, povo e Governo estamos realizando, estão a demonstrar que são duas as condições a satisfazer para o advento do regime de vida que o nosso povo merece: segurança nacional capaz de sustentar um rápido desenvolvimento econômico e social, e continuada vivência política, que associe Estado e vontade popular.”

A prosperidade econômica reinante no período não é concebida sem que a segurança figure ao seu lado. Neste sentido, o binômio “segurança e desenvolvimento”, lançado por Castelo Branco, foi consolidado como um dos sustentáculos da ditadura. Este, por sua vez, concebe que “o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento”²⁵ e estará presente em outros trechos dos seguintes pronunciamentos.

Para o encerramento do discurso, a vontade popular volta a aparecer, dessa vez associada à posição servil das Forças Armadas ao dito *interesse do povo*:

“O meu governo, buscando sempre a harmonia com os poderes Legislativo e Judiciário, de acordo com os mandamentos constitucionais, identificando com a vontade dos homens e mulheres de todas as idades, e com abnegação das Forças Armadas integradas ao povo a que servem, confia em que a Revolução de Março de 64 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza deste país.”

Observa-se que o pronunciamento de 1971 tem seu foco no mandato de Médici e em suas realizações, mais do que em relembrar a história ou reafirmar os compromissos “revolucionários”. A contribuição deste discurso pode ser encontrada na formulação do caráter positivo do golpe quando é avaliado o desempenho econômico: a ilusão do “Milagre Econômico” valoriza as suas atribuições históricas. Torna-se, por tanto, mais fácil conseguir o consenso sobre algo que parece ser construtivo, seguro e confiável à nação.

1972: O milagre brasileiro

Se o pronunciamento presidencial de 1971 ensejava os atributos da prosperidade econômica, em 1972 já se fala claramente no “milagre brasileiro”. O “Milagre Econômico” perdurou de 1969 a 1973, caracterizando-se, basicamente, pela junção de um grande crescimento econômico aliado a uma baixa inflação. Paralelamente ao “milagre”, as detenções em massa, os seqüestros e a prática da tortura e a larga censura contribuíam para manutenção da “cultura do medo”.

Em seu discurso, Médici afirma que:

²⁵ COMBLIN, Joshep. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.66

“Sem vacilar ou desfalecer um só instante, cumpre a Revolução de Março, desde o irrompimento, com irreduzível fidelidade, o compromisso que em momento grave de nossa história, assumiu perante o País de lhe restituir a ordem e a segurança, bem como de rasgar novas e largas avenidas para a sua prosperidade e o seu progresso.”

Imensa e multiforme se desenhava a obra de reconstituir os fundamentos da comunidade brasileira, perigosamente abalados pelo descalabro econômico-financeiro, pela malversação dos dinheiros públicos, pela desordem administrativa e pela turbulência insuflada, por agentes da subversão, na atmosfera social e política. Tamanha, porém, como a tarefa a efetuar se revela, ao longo destes oito anos, a capacidade revolucionária de levá-la a bom termo.

Instaurando, na vida pública, desde a primeira hora, estilo inteiramente novo de comportamento, a ordem revolucionária inaugurou, desde a sua implantação, maneira radicalmente nova de tratar e solver os problemas nacionais.”

São apresentados neste trecho inicial três elementos que compõem os **compromissos** do “movimento de março”: a ordem, a segurança e o progresso. Sob esses três compromissos é que estão pautados os grandes esforços “revolucionários” e o intento de reverter o desequilíbrio que, com se viu ser caracterizado nos pronunciamentos anteriores, estaria assolando o país. O progresso econômico dá o tom do discurso:

“[...] os governos da Revolução transformam, metódica e fundamente, as nossas estruturas sociais, acumulando, na missão de garantir a segurança nacional e proporcionar ao povo melhores condições de vida, êxitos consideráveis, cuja evidência não sofre contestação.”

[...]

“Particular significação revestem, sobretudo, os resultados colhidos pela política governamental no campo econômico financeiro.”

[...]

“Por quatro anos consecutivos se assinalam, e nossa economia, taxas de crescimento que, sobre registrarem, nesse campo, o mais elevado progresso da nossa história, nos colocam entre os países em maior desenvolvimento do mundo. Comprova-se, desde modo, que os frutos da política brasileira, no setor econômico, não emanam de experiência ocasional, nem constituem simples conseqüências de fatores eventuais, mais resultam, ao invés, dos rumos certos e definitivos a que se encaminhou o País, com a plena utilização de seus recursos naturais, do seu potencial de trabalho e dos demais fatores de produção.”

[...]

“Posto se haja conseguido, a despeito disso, reduzir a taxa de inflação – que andava, em março de 1964, por volta dos noventa por cento – para os vinte por cento dos quais agora vem girando, é natura chegar-se a um ponto em que o sistema tende a cristalizar-se, tornando-se mais rígido e mais difícil de ser alterado.”

Médici retrata o período vivido pelo país como a época da colheita dos frutos de 1964. Como afirma Maria Helena Moreira Alves: “isso deu um novo tipo de legitimidade ao Estado de Segurança Nacional: uma legitimidade baseada em crescimento contínuo e acelerado.”²⁶ Também é usada a estratégia de comparação com a situação pré-golpe para atestar a mudança ocorrida. Em um período de sucesso econômico é bastante confortável promover essa comparação e ratificar o efeito de oito anos de “revolução”.

²⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005. p.182

No entanto, a tarefa ainda não está concluída. A “persistência [...] da chaga inflacionária” pede esforços de todos pelo bem de todos:

“Para levar a bom termo esse programa é necessário, porém, que aos esforços do Governo Federal se conjuguem os de todos os brasileiros, homens de governo ou homens da atividade privada empregadores ou empregados.

Dos governantes, no plano estadual ou municipal, se espera que guardem o equilíbrio orçamentário, reduzam as despesas de custeio, selecionem os investimentos a realizar com os próprios recursos e se abstenham de pressionar o sistema financeiro e o mercado de capitais em busca de novos financiamentos.”

Apesar de utilizar uma linguagem bastante complexa – com jargões e avaliações próprias da economia – para ser compreendida pelo senso comum, a idéia de que o Brasil é um “país que vai pra frente”, “o Brasil Grande”, o “Brasil Potência” consegue ser transmitida.

“Impulsionado com energia, racionalidade e segurança, o crescimento do País, no plano econômico, ultrapassa as expectativas mais otimistas e surpreende, pelas suas proporções, a opinião internacional. O excepcional progresso registrado quanto ao desenvolvimento econômico, progresso que, no exterior, se define como milagre brasileiro, não nos faz esquecer, contudo, as dificuldades que cumpre superar, seja para manter esse ritmo de crescimento, seja para distribuir-lhe os frutos de modo mais equitativo.”

O reconhecimento internacional comprovaria a grandeza do desempenho econômico brasileiro. O PIB alcançou dois dígitos nesse período – o maior índice da história –, o comércio exterior mais que triplicou e a inflação estagnou entre 16 e 27%, tudo isso capitaneado pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto²⁷. Este crescimento pautou-se numa posição “produtivista” adotada pelo Brasil, que atenta para a necessidade de aumentar a capacidade produtiva industrial do país e desenvolver as regiões periféricas – cuidando também da segurança nacional – sem, no entanto, que este processo vise primeiramente a melhoria das condições de vida da maioria da população. Apesar dos bons resultados econômicos, favorecendo uma elevação para a classe média, os ganhos não eram refletidos nos salários dos trabalhadores²⁸, ficando estes sem a sua “fatia do bolo”²⁹. São as duas faces de uma mesma moeda que, findado o milagre, deixou quatro vezes maior a dívida externa brasileira, passando de 3,9 bi para 12,5 bi.

Médici prossegue:

“Todo esse programa governamental, traçado em consonância com os princípios que informam o regime revolucionário, terá a sua realização fundamentalmente perturbada se vier a quebrar-se o clima de tranquilidade em que vive o País.

Nada mais indispensável, por tanto, ao interesse público do que preservar a sociedade brasileira da agitação que acarretará a abertura extemporânea do debate

²⁷ PRADO e EARP. *O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs), *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol 4, p.222

²⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005. p.183

²⁹ A dispar concentração de renda no período do “milagre” foi, inclusive, criticada por Robert Mc Namara, presidente do Banco Mundial, em 1972.

sucessório, assim quanto ao governo da União, como a respeito dos governos estaduais.”

[...]

“É engano pensar que o sistema revolucionário pode ser levado a transigir quanto aos seus princípios ou desviar-se do estilo de comportamento, político ou administrativo, que o tem marcado.”

Apesar de grande, o milagre dependia de alguns pilares de sustentação para manter-se, entre eles, a tranquilidade política, que na argumentação de Médici estava vinculada à questão sucessória e eleitoral. No dia 04 de abril o general surpreendeu a nação e o Congresso propondo eleições indiretas para o governo dos Estados.³⁰ Apesar da relativa estabilidade conquistada com os feitos econômicos, os resultados políticos não estavam garantidos.

Para encerrar o pronunciamento de aproximadamente 20 minutos, a “política revolucionária” aparece atrelada aos ideais cristãos:

“Coincidindo, este ano, a data de hoje com a consagrada, pela tradição cristã, ao eterno e pungente drama da Paixão, o dia 31 de março leva-nos a sondar mais profundamente os deveres que nos incumbem como cristãos, trazendo-nos à lembrança o ensinamento de que é pela inspiração evangélica que se moraliza a vida política”.

Essa coincidência levou à transferência das festividades do dia 31 para o dia 29 de março em todo o país³¹; algumas celebrações militares, porém, ocorreram no dia 30. Complementando o clima de prosperidade econômica, o tema “revolução” ocupou espaço inclusive em anúncios publicitários. A marca de ar condicionado Arcil usa o slogan “a nossa revolução” para se referir à sua própria inovação; a companhia de limpeza ORBRAM apresenta vassouras, baldes e aspiradores de pó e afirma “com essas armas nós fazemos a revolução”, além de associar a limpeza que ambas fazem e seus objetivos.

Como convencer sobre o significado importante e positivo de um evento que instaurou uma ditadura nos momentos em que esta esteve mais fechada politicamente? No pronunciamento apresenta-se também a seleção de Médici sobre o presente, retrato do contexto do pronunciamento. Certos temas são escolhidos em detrimento de outros. O plano econômico positivo possibilita que seja explorado, não só porque era uma dos compromissos dos golpistas como porque deu bons resultados. No entanto, o plano político não tem vez nem voz. Não haveria motivos para abordar as medidas autoritárias, a repressão ou a censura no pronunciamento, por mais que estas medidas sejam justificadas na defesa da “revolução”, da

³⁰ Zero Hora, 04 de abril de 1972. p.09

³¹ Correio do Povo, 29 de março de 1972. p.09

segurança nacional e do desenvolvimento; ou, ainda, que estas medidas dêem também o significado do golpe.

1973: “Os Governos da Revolução se impuseram à confiança do povo brasileiro”

O último discurso de Médici para as comemorações do golpe, transmitido à população na noite do 31 de março, elaborado pelo ministro João Leitão de Abreu mas lido pelo general presidente³², inicia de forma direta:

“Penetra a consciência do País, de modo cada vez mais vivo e mais profundo, o transcendente sentido histórico do pronunciamento revolucionário pelo qual a vontade política da Nação resolveu lançar-se com autoridade e firmeza, mediante novos métodos e processos de governo, à reconstrução econômica, financeira, social e política do Brasil.

Longe de caracterizar-se como simples revolução política, exaurível na mera substituição de eventuais detentores do poder, o movimento de 31 de Março, como já tenho ressaltado, definiu-se, por conseguinte, desde os seus primórdios como ampla e irredutível cruzada reformista, destina a transformar incisivamente as linhas estruturais da sociedade brasileira.”

Demarcando a relevância do momento, que já estaria instaurado no calendário nacional, a vontade da Nação foi mais uma vez acionada para explicar o presente e os “novos métodos” que reestruturaram o país. Nota-se que é primeira vez nos pronunciamentos que Médici definiu com um pouco mais de clareza o que é a “revolução”. Anteriormente, a esta era somente atribuída um sentido de mudança de rumos na história, agora a “revolução política” implica em substituição de “eventuais detentores do poder” associada a reformas estruturais. Os “novos métodos” não são explícitos, porém, são somente aplicados:

“Diante dos problemas – numerosos, graves e urgentes – que reclamavam solução imediata e eficaz, o novo regime, sem desprezar os ensinamentos fornecidos pela experiência de outros povos, cuidou, especialmente, de suscitar, para vencer as dificuldades encontradas, fórmulas próprias, condizentes com as nossas peculiaridades, os nossos padrões culturais, e os valores sobre os quais se constituiu e consolidou a nacionalidade.”

Ao utilizar o pronome “nosso” como qualitativo, tal como no trecho inicial do discurso de 1970, o pronunciamento incitaria o sentimento de pertença entre toda a nação, aproximando mais uma vez Médici e o povo. Constrói, por tanto, o que está dentro do arcabouço identitário nacional – ainda que este não seja especificado.

Ao longo do pronunciamento são indicados processos construídos pela “revolução” cuja finalidade estaria na contemplação do interesse coletivo:

“Invariavelmente sensível aos interesses humanos, particularmente os consistentes na justiça social, a ordem revolucionária fez desses interesses o fim último das múltiplas e grandes iniciativas, mediante as quais nos seu dinamismo, transforma radicalmente o País.”

[...]

³² Correio do Povo, 27 de março de 1973, capa

Quando se põe, desta sorte, a maior diligência, seja em acelerar o crescimento da economia, seja em sustentar o ritmo do crescimento obtido, coloca-se, paralelamente, empenho não menor em tutelar, com os frutos do incremento da riqueza, os interesses da coletividade brasileira, fazendo-se que daqueles se beneficiem, em proporções crescentes, não só as camadas populacionais de mais baixa renda, como, também, as regiões menos favorecidas.”

[...]

“Usando com discernimento dessa autoridade, colocada invariavelmente a serviço dos verdadeiros objetivos nacionais, os Governos da Revolução se impuseram à confiança do povo brasileiro, manifestada inequivocadamente, por todas as formas, como ainda há poucos meses, pelo voto popular, colhido em todo o País, nas eleições municipais de novembro.”

Desta forma, a “justiça social” e a aparente intenção de beneficiar as classes baixas denotariam que os interesses do governo não estariam restritos a interesses da elite; já a exaltação do processo eleitoral procuraria o efeito de comprovar que há práticas democráticas – a escolha dos seus governantes – no regime instituído em 31 de março de 64.

“Esse crédito de confiança, já agora definitiva, na maneira como se administram o interesse da Nação, diz respeito à forma como se provê, sob todos os aspectos, à segurança econômica e social da comunidade brasileira, à sua paz, à sua tranqüilidade, ao seu progresso. A adesão do sentimento comum à política que vem sendo adotada exprime o beneplácito do País no modo como se honram os compromissos assumidos na ordem interna e externa, na forma como, num e noutra esfera, se defende com equidade e firmeza, o interesse nacional.”

Médici expressou a força que o regime teria já que este contava com a aprovação do povo. O suposto clima de tranqüilidade e segurança econômica e social são os elementos que justificariam o apoio dado pelos brasileiros. Vale lembrar que a valorização desses elementos é dada pelos próprios militares.

Advém da “revolução”, também, uma “nova mentalidade” que guiaria o comportamento político na vida pública:

“Não prestando aos princípios, que professa, reverência apenas verbal, mas pondo em prática, escrupulosamente, esses princípios, o regime revolucionário, pelo exemplo dos condutores políticos ao seu serviço, instaurou, na vida pública e brasileira, estilo de comportamento, cujo feito mais fundamental é o de provocar a modelação de mentalidade, que repelirá as maquinações engendradas pelos nostálgicos do passado para devolver o Brasil aos hábitos políticos e administrativos que foi resgatado.”

Dominante nessa mentalidade é a noção de que a mola mestre da conduta política não pode ser outra senão o interesse coletivo; de que a função social dos fatores da produção deve condicionar o jogo das relações no plano da economia; de que a democracia econômica é pressuposto da democracia social e de que esta, por sua vez, consolida a paz indispensável para que se estabeleça a democracia política; de que as instituições, pelo seu conteúdo variável, devem ajustar-se às exigências da sociedade e às características da época; de que não há ordem sem autoridade capaz de preservá-la e de que sem a estabilidade, que nasce da ordem, não há prosperidade econômica nem progresso social.”

O jogo de palavras usado por Médici define as condições necessárias para o estabelecimento de uma democracia sob os pressupostos de segurança e progresso econômico já explorados nos discursos anteriores. A democracia política necessitaria de uma série de condições para ser sólida e válida, logo não é priorizada nos objetivos e projetos do governo. Encontrou-se uma explicação teórica para que esta questão fosse afastada da agenda política do Brasil.

Finalizando o último discurso, Médici consagrou a ação conjunta – tão propagada nos discursos – do povo com os militares que teria realizado a mudança nos rumos do país em 1964 estaria ainda presente perpetuando a “revolução”:

“Sob o influxo desses postulados a nossa estabilidade política e social adquire crescente solidez, garantida, de modo particular, pela energia moral dos que lida para tornar-la inabalável. Manifesta-se essa força moral, não somente na autodisciplina dos que, em qualquer posição, se alistam sob os ideais revolucionários como também na fidelidade com que são cumpridos, pelos que detêm posições oficiais, os seus deveres administrativos e as suas obrigações políticas.

Não se alcançariam, porém, esses objetivos sem a poderosa contribuição do espírito empreendedor da nossa gente, sem a sua capacidade de trabalho, sem o seu civismo, sem a sua espontânea e constante disposição de identificar-se com os propósitos dos responsáveis pelos Governos da Revolução.

Por obra dessa conjugação de esforços entre governantes e governados é, pois, que o Brasil, tendo encontrado os rumos exigidos pelo seu destino de grandeza, se encontra hoje numa das fases de maior progresso e prosperidade de sua história.”

Neste último discurso, o ditador empenhou-se em expor a “revolução” em seus (pretensos) efeitos e realizações coletivas. Igualmente, desenvolveu, sob vários aspectos, o sentido genitor que este teria, como a tranquilidade, a segurança e o progresso. Este discurso apresenta uma argumentação mais profunda e complexa do que os anteriores, entretanto continua ratificando os mesmos axiomas.

Capítulo II

Figueiredo (1979-1984)

"É para abrir mesmo. Quem quiser que não abra,
eu prendo e arrebento."

Figueiredo, sobre processo de abertura no Brasil

A partir da segunda metade da década de 70, tem início o processo de distensão e abertura da ditadura brasileira, caracterizado pela reorganização da oposição e pela movimentação de amplos setores sociais, anteriormente freados tanto no imediato pós-golpe quanto na decretação do Ato Institucional 5. O período de mandato do João Baptista Figueiredo, de 1979 a 1984 deflagrou a simultaneidade de uma transição controlada e a irrupção de lutas por liberdades democráticas. São marcas desse período a volta das atividades grevistas, a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita; os questionamentos gerados pela abrangência da censura; e as repercussões das denúncias de casos de tortura e violações dos direitos humanos. O movimento das "Diretas-Já" expressa, por fim, a organização da sociedade civil pela volta da democracia. Não obstante, o regime não deixou passar impune a crescente movimentação e organização da oposição, tratando de continuar a reprimir e intervir, e, no jogo político formal, reestruturar as regras do mesmo para garantir sua permanência no poder.

Os pronunciamentos de Figueiredo

Assim como foram apresentados os discurso de Médici, serão apresentados os de Figueiredo, que são discursos mais curtos e com uma linguagem mais acessível. No que diz respeito a sua divisão estrutural, pouco mencionam o presente, atendo-se mais à retomada do passado e do sentido deste. A terminologia própria e por vezes complexa da Doutrina de Segurança Nacional, que aborda os temas de segurança e desenvolvimento, não é mais empregada, todavia, não são rechaçados esses preceitos.

Os pronunciamentos de Figueiredo são distintos dos de Médici em vários aspectos, mas a necessidade de convencer ainda impera e convive com a necessidade de se articular com uma nova realidade. Como pontua Jelín, os "novos processos históricos, novas conjunturas e cenários sociais, além disso, não podem deixar de produzir modificações nos marcos interpretativos para a compreensão da experiência passada [...]".³³ O sentido da

³³ Nuevos procesos históricos, nuevas coyunturas y escenarios sociales y políticos, además, no pueden dejar de producir modificaciones en los marcos interpretativos para a comprensión de la experiencia pasada [...]. JELÍN, Elizabeth. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p.13

“revolução” é construído com foco no passado e este passado continua sendo importante, mas não consegue mais ser evocado para vangloriar o presente. Os êxitos econômicos e o clima de prosperidade não mais figuram no pronunciamento, dando espaço para espécies de justificativas do cenário econômico desfavorável. Todavia, os ideais “revolucionários” persistem e a eles ainda são atribuídas às ações do presente. A inovação desses discursos é mais perceptível na substituição do foco da “revolução” para a democracia.

1979

Em 1979, não há o pronunciamento comemorativo de Figueiredo, que está empossado há pouco mais de 15 dias. O ditador limitou-se a participar da missa de ação de graças na Catedral de Brasília; não houve, igualmente, o tradicional almoço com o presidente. A Imprensa do Palácio do Planalto não divulgou nenhum comentário sobre a mudança nas comemorações do aniversário do Golpe; no ano anterior os rituais foram cumpridos na Vila Militar, tal como ocorria há alguns anos nesta ocasião.³⁴

O discurso proferido por Figueiredo na data do dia 31 de março está focado em seu mandato, e não da comemoração da data.³⁵ Cerimônias e palestras nas Forças Armadas, uma missa no Rio de Janeiro em homenagem “às vítimas do terrorismo”³⁶, debates na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul compuseram a grade de comemorações à “revolução” em 1979, dividindo o espaço dos jornais com manchetes sobre mais uma greve no ABC paulista.

1980: “As franquias democráticas estão mais presentes entre nós”

O pronunciamento de 1980 demonstrou que entrara em voga a palavra *democracia*, em consonância com a “necessidade de formação de uma suposta consciência democrática que eliminasse toda a postura contestatória da sociedade”.³⁷

Brasileiros e brasileiras:

“No dia de hoje, há 16 anos, coube às Forças Armadas nacionais a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso povo jamais instalada entre nós. A família brasileira reagiu com resolução e ânimo à iminente destruição das nossas instituições políticas tradicionais.

Sob o manto de proteger os pobres e necessitados, os inimigos da democracia realmente buscavam o esbulhamento de um povo pacífico e ordeiro. Enfim, o atropelo dos seus direitos e a negação das conquistas sociais já obtidas. E, ainda, a submissão ideológica, política e econômica do Brasil a interesses contrários aos nossos.

³⁴ Nota de Zero Hora, 29 de março de 1979. p. 03

³⁵ Correio do Povo, 1º de abril de 1979, capa

³⁶ Correio do Povo, 28 de março de 1979. p. 26

³⁷ REZENDE, Maria José de. A Ditadura Militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e Pretensão de Legitimidade. Londrina: Editora UEL, 2001. p.269

Mas a Nação não estava inerte, como supunham os que a desejavam golpear. De todos os lados, brotava e crescia o clamor contra a negação dos nossos valores e a derrocada da lei e da ordem. Nos quartéis, nos navios e nos aviões um pensamento unificador solidificava nossa determinação. Não podíamos deixar nossa Pátria entregue à subversão, à demagogia, ao ódio entre irmãos, à desconfiança, à luta de classes.”

A construção da missão heróica das Forças Armadas – responsáveis pela manutenção da ordem e da paz – e também da explicitação do que teria sido o apoio popular, usado na tentativa de legitimar o papel heróico dos militares quando da implantação da “revolução” de 64 é mais uma vez apresentada. Figueiredo afirma que as três armas em ação conjunta estariam atendendo à vontade popular e teriam barrado aqueles brasileiros, outros, destoantes e contrários aos interesses “nossos”. Não se perde a caracterização do Golpe dado pelos militares como um evento de motivação de todo o conjunto da nação na defesa de seus próprios interesses.

“Esses sentimentos eram tão profundos quanto universais. Sabíamos e sentíamos que deles comungava a grande maioria dos brasileiros. Tal como sabíamos e sentíamos o quanto era superficial o alarido dos que diziam falar pelo povo – mas eram por ele repudiados.”

O “nós” escolhido desta vez por Figueiredo inclui somente os militares, e estes estariam em estreita ligação com o povo e reconhecendo o inimigo. Não há menção a nomes do governo anterior: Jango ou Brizola, por exemplo, não são citados – aliás, em nenhum pronunciamento. A presença de atores políticos do pré-golpe é representada somente com adjetivos que os qualificam como inimigos do povo, desordeiros, demagogos, corruptos, etc. A partir deste ponto, Figueiredo fez referência aos quatro ditadores que o antecederam, sendo ele, então, herdeiro destes. A história aqui lembrada guarda somente alguns nomes.

Cita primeiramente Castelo Branco e o “seu compromisso com a democracia” e conclui: “Só os que fazem oposição por fazê-la negarão a firmeza com que continuamos empenhados em realizar tudo o que, há 16 anos, pregávamos como ideal atingível.” O resgate histórico da atuação militar retrocede a momentos mais distantes:

“O caminho que estamos seguindo, para a criação de uma sociedade mais justa, politicamente aberta e pluralista, é o mesmo dos revolucionários de 1922, 1924, 1930, 1945. Tal sociedade funda-se no elenco de direitos pessoais e cívicos, inscritos em nossa Constituição. Tem o progresso e a realização do Homem, em suas aspirações sociais e políticas, como objeto único e final de toda a ação do Estado.”

1964 não foi a primeira vez que as Forças Armadas intervieram de forma direta na política; no entanto, este episódio concretizou as tentativas de alguns setores militares de saírem do segundo plano na ingerência dos rumos do país. A perspectiva de que o papel exercido pelos militares esteve muito tempo restrito ao de “moderador”, isto é, de que sua

atuação se restringe a “manter o sistema em funcionamento”³⁸, ou mesmo de sua suposta inferioridade para governar – por isso a delegação do poder aos civis – tentou justificar a situação pré-64. Os exemplos dados por Figueiredo fazem referência à Revolta do Forte de Copacabana e o episódio do “18 do Forte” (1922), à revolta tenentista de São Paulo (1924), à Revolução de 30 e ao fim do Estado Novo. A tentativa fracassada de golpe em 1961, que tentou impedir a posse de Jango, porém, não está presente. Também não estão mencionadas, por razões óbvias mas diferentes entre si, a transformação dos levantes de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, na Coluna Prestes e, ainda, as revoltas militares em torno do mandato de JK.

Sobre Costa e Silva, Figueiredo relembra que “a ordem, no Estado de Direito, é requisito prévio, necessário e indeclinável.” E mostrando proximidade com o pensamento do segundo ditador, afirma:

“Derivada da própria liberdade, a ordem distingue-se do silêncio imposto pela mão férrea dos tiranos. Não é a conformidade monolítica à verdade oficial. É dentro da ordem legal que se expressão as diferenças de opinião características das sociedades realmente livres.

Digo, por isso, que a democracia, a justiça, o império da Lei, o respeito à vontade de maioria, a igualdade são os alicerces do mesmo edifício político e social. Se faltar um deles, não nos enganemos, faltarão todos.”

O ensejo para Médici advém da questão econômica, trazendo primeiramente o quadro comparativo e logo o marcante período do terceiro ditador.

“Ao mesmo tempo, a Revolução veio para resolver os impasses que velozmente se acumulavam e ameaçavam fulminar as possibilidades de desenvolvimento econômico do Brasil. Pela primeira vez, havíamos tido crescimento negativo do produto nacional ‘per capita’. Crédito externo abaladíssimo. Exportações quase todas gravosas. Indústria, comércio, agricultura sem futuro e sem estímulo.

Em face dessa perspectiva sombria, os governos revolucionários construíram o progresso em meio a graves dificuldades. Mas, agora, as dificuldades do crescimento. Não as da estagnação e da desesperança. Nas palavras do Presidente Médici, a Revolução ‘haverá de ficar na história como o tempo em que se construiu a grandeza desse país’.”

A primeira mensagem presidencial comemorativa ao Golpe foi igualmente transmitida na noite de 31 de março; para 1980, a programação oficial foi assim estabelecida: “O 16º aniversário da revolução de 31 de março de 1964 será comemorado também pelas Forças Armadas, que promoverão em todas as organizações militares, cerimônias que incluem ofícios religiosos, hasteamento da bandeira, desfiles militares e leituras da ordem do dia”.³⁹ No dia seguinte ao pronunciamento de Figueiredo, estampavam-se nos jornais as manchetes que

³⁸ Alfredo Stepan, FILHO, João Roberto Martins. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida (orgs), *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol 3

³⁹ Correio do Povo, 30 de março de 1980, capa

comentavam as palavras presidenciais, destacando o “processo de normalização” e a continuidade dos compromissos de 64.

As breves referências ao momento presente do pronunciamento são realizadas na análise da situação econômica e do processo de abertura política. Figueiredo reconhece que algumas metas não foram satisfatoriamente atingidas – relevadas pelo contexto internacional resultante da crise do petróleo de 1973 – e que o sucesso do combate à inflação foi “apenas parcial”.

“Circunstâncias históricas, de todos conhecidas, forçaram desvios ou levaram a erros. Isso não teria importância em regimes totalitários. Neles mudam-se os anais, ou altera-se a própria história. Nesta nossa Revolução, vem de dentro dela mesma a determinação de reformar. E sempre, e tão prontamente quanto possível, de reverter aos ideais de propor, defender e sustentar a democracia como forma de organização política do Estado.”

A negativa da atribuição autoritária ao regime tentou, aqui, sustentar-se na afirmativa de o que mesmo empenhava-se na reforma do país e pautava-se em preceitos democráticos.

Se a abertura política “parece pôr mais em evidência os eventuais desacertos do que as grandes e permanentes realizações”, Figueiredo lembra-se das palavras de advertência de Geisel sobre o contexto pré-golpe – “tão aziagos tempos” – estancados pela “revolução”. A comparação mais uma vez é feita, mas agora para amenizar a situação pela qual passava o país.

A abertura política continuada por Figueiredo não negaria nem se distanciaria do que é a “revolução”. Esse processo foi iniciado pelo próprio regime, logo é ele quem traçará os limites e ditará o ritmo da abertura. A “revolução” persiste:

“O processo da Revolução não se encerra: realiza-se na consecução dos objetivos a que nos propusemos. Agora, é natural, os métodos revolucionários estarão menos presentes. Mas seus ideais são permanentes. Ou não seria o ‘começo de um novo tempo’, nas palavras do Presidente Emílio Médici.”

Encerrando o primeiro pronunciamento, a democracia aparece como compromisso do general:

“Assim como jurei fazer deste País uma democracia, digo aos brasileiros que nós, revolucionários de 1964, não nos deixaremos desviar de nosso rumo, na busca da normalização do processo político. As franquias democráticas estão mais presentes entre nós – como se vê a cada dia. Esse é o testemunho da intransigente intenção do Governo, de lutar por uma democracia baseada nos nossos valores morais e espirituais. Coerente com a vocação dos brasileiros, está assente sobre os princípios cristãos que nos acompanham desde a nossa formação como povo.”

O juramento feito por Figueiredo fez parte de sua campanha nas eleições presidenciais de 1978, vencida com 355 votos – e que pôs na presidência o militar ex-chefe do SNI no governo Médici que daria continuidade ao processo de abertura por iniciado por Geisel. O

slogan “Hei de fazer deste país uma democracia” perpetuou-se durante todo o mandato do quinto ditador, até que a “transição pactuada” – “acordo entre setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição” fosse concluída.⁴⁰

Figueiredo desenvolve seu discurso encaixando na história brasileira o evento da “revolução” de 64. As referências feitas aos outros ditadores e às outras intervenções militares ao longo da história contribuem para a dimensão que o general quer atribuir ao Golpe. A grandeza da “revolução” e de seus ideais não são diminuídos, mas os efeitos deste episódio não aparecem mais exemplificados em dados e programas do governo. Os sinais de mudança também são outros: a democracia, a “menina dos olhos” de Figueiredo, começa a emergir como nova abordagem para a “revolução”.

1981

Não houve este ano pronunciamento comemorativo de Figueiredo, ficando a encargo do ministro do Exército Walter Pires a ordem do dia que teria maior destaque. O ditador limitou-se a participar da “missa em comemoração aos 17 anos da revolução”⁴¹ e do almoço na Escola Nacional de Informações. As solenidades foram também realizadas, mas percebe-se que conta quase que exclusivamente com a presença de autoridades civis e militares. Os questionamentos do episódio de 64 como “golpe ou revolução”⁴² ou os debates sobre a “revolução” na Assembléia Legislativa demonstravam um que novo cenário político emergia.

1982: “Ao invés de renegar o regime democrático, quis defendê-lo dos que lhe maquinavam a ruína”

Para o décimo oitavo aniversário do Golpe, Figueiredo expressa necessidade de se lembrar o passado, de que o povo reconheça sua história, em especial os mais jovens:

“Grande parte de nosso povo não viveu as circunstâncias que deram origem ao movimento revolucionário de 31 de março de 1964. Muitos ainda não tinham idade para avaliar o que então acontecia em nosso universo político; outros vieram ao mundo posteriormente.

[...]

“Esses compatriotas que por si sós, poderiam formar uma grande nação precisam tomar consciência, se ainda não o fizeram, do quadro caótico em que, nos idos de março, se pretendia, calculada ou levianamente, mergulhar o País. Por inércia e incapacidade, os responsáveis pela administração pública, na órbita federal, haviam

⁴⁰ Francisco Carlos Teixeira da Silva, “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: Brasil Republicano. p.273

⁴¹ Correio do Povo, 1º de abril de 1981. p. 07

⁴² Zero Hora, 31 de março de 1981. p.14

reduzido ao completo descalabro o sistema econômico e financeiro. As atividades produtivas, viviam em permanente sobressalto diante da instabilidade do mercado e da ameaça crônica de novas paralisações do trabalho, advindas dos comando de greve, encorajados, abertamente, pelo beneplácito oficial. A desordem financeira campeava livremente incutindo na sociedade um sentimento de insegurança não distante do pânico. Os jovens da época não encontravam, nesse contexto, meio seguro de traçar seus caminhos e de planejar seu futuro.”

O “quadro caótico” pintado por Figueiredo para os “idos de março” de 64 além das críticas à situação econômica e do “sentimento de insegurança”, destaca as atividades de greve que seriam apoiadas por Jango. Em 1978 esse direito trabalhista foi retomado com a greve dos metalúrgicos da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo (a primeira desde a decretação do AI-5); desde então a mobilização dos trabalhadores, juntamente à retomada dos movimentos sociais, tornaram-se mais freqüentes no cenário social. Neste novo contexto, recriminar e associar a atividade grevista à desordem não se restringiria ao passado.

Figueiredo prossegue em seu pronunciamento:

“A fraqueza do Executivo, a que não era estranha sua esperança de recolher benefícios da desordem, propiciava a instalação, em vastos setores da vida nacional, de perigoso clima de anarquia. A pregação da esquerda radical e dos demagogos, secundada pela dos porta-vozes de interesses espúrios, aproveitava a situação para fomentar indisciplina nos meios estudantis, operários, e até militares. Tramava-se, do modo aberto, progressivo e rápido, a subversão das instituições, enfraquecidas pelo tumulto administrativo, social e político. A grave crise institucional, que ameaçava as estruturas do Estado chegava ao seu ponto culminante, quando as classes armadas, com o apoio inequívoco da Nação, se opuseram mediante decisão histórica, à derrubada da ordem constitucional e democrática.”

O “perigoso clima de anarquia”, tão bem detalhado por Figueiredo, também poderia ser exemplar do contexto de 1982. No entanto, este presente estava contido pelo aparato repressivo da ditadura, assegurando a tranqüilidade. Não se trata de considerar que o momento atual do país seria anárquico, mas que qualquer “agitação” seria prejudicial à nação. O discurso adquire, portanto, um caráter preventivo.

Para barrar a desordem de 64 é que as classes armadas apoiadas pela Nação efetivaram a “revolução”. Observa-se que o papel atribuído à nação é somente o de apoio, tornando-a mais passiva do o que foi representado anteriormente nos outros pronunciamentos. Quanto à ordem e à democracia, estas andariam juntas, tal como no processo de abertura política que estava sendo instituído pelos militares, no qual para se atingir a democracia também seria necessário manter a ordem.

“A restauração da ordem jurídica constituiu o objetivo primeiro do movimento revolucionário. Não quis este sair da legalidade. Se a quebrou, inicialmente, foi para resgatá-la, impedindo que submergisse sob a avalanche subversiva. Ao invés de renegar o regime democrático, quis defendê-lo dos que lhe maquinavam a ruína. Além de repor o Brasil na normalidade constitucional, cuidou a nova ordem política

de reimplantar a austeridade nos costumes administrativos, de sanear as finanças públicas, de retomar a arrancada no sentido do desenvolvimento econômico, de modernizar o País, de atender às exigências da justiça social.

Só a insinceridade política poderá negar o êxito que os governos posteriores ao movimento de março vêm obtendo na sua política reformista.”

Após admitir a quebra da legalidade, o “movimento revolucionário” se justificaria pela defesa da democracia e pela reorganização do país. Aos que negassem os êxitos alcançados, Figueiredo rebateu afirmando o “caráter humanista” das reformas e que, então, “nunca se fez tanto pelo povo”. O zelo pelo bem-estar do povo mereceu rápida atenção, não sendo exemplificado em nenhum dado ou programa governamental. O caminho trilhado pela “revolução” continua, mas cada vez mais indefinido.

Sobre o seu mote de campanha, Figueiredo declara:

“Tenho honrado, por igual, o compromisso que está na raiz do movimento de março, com a lei e a constituição. Obedeço, fielmente, à sua inspiração democrática, quando garanto fazer deste País uma democracia. Forma racional de convivência, a democracia supõe que ninguém é dono da verdade; baseia-se no princípio de que o consenso resulta de diálogo travado segundo os moldes da argumentação e da arte de persuadir; funda-se em que, não havendo consenso, a decisão se toma por maioria, assenta na boa-fé e cortesia entre os interlocutores; exige, como regra elementar, o respeito ao adversário; prega a moderação e a tolerância entre as parcialidades.”

A democracia afinada com o “movimento de março” e compromisso do ditador é conceituada distante do envolvimento e da intervenção popular, baseando-se nas ações de atores indefinidos e contida em articulações fundadas em um jogo de retórica, consenso, resignação e moderação. Este conceito, porém, não figura sozinho no cenário político: a democracia de “certos dirigentes oposicionistas” é caracterizada pela “agressão” e “aspereza verbal, na deformação verbal”.

Referindo-se às eleições de novembro para o Senado, Câmara dos Deputados e governo estadual, Figueiredo finaliza sua fala expressando pela nação o que esta quer para o pleito:

“No momento em que estamos na fase mais acesa da luta pré-eleitoral, não é demais lembrar que a Nação, como ficou demonstrado em 31 de março de 1964, quer a tranqüilidade da ordem, exige a conciliação da liberdade com a segurança, repudia as maquinações da esquerda radical, está disposta a defender, intransigentemente, a cidadela da democracia liberal, da democracia pluralista, da democracia econômica, da democracia social, da democracia humanista, da democracia autenticamente brasileira, que estamos construindo, e de cujo caminho nada me desviará”.

Em meio às agitações provocadas pelas eleições diretas para governador, as reportagens no dia seguinte destacaram justamente o enfoque dado à democracia. Porém,

também ilustram as páginas dos jornais uma atitude defensiva do meio militar diante de acusações da oposição, que agora ganhavam a passos curtos espaço no meio público.

O breve discurso de Figueiredo assenta-se basicamente na importância da rememoração do momento da “revolução” para que seja reconhecida a desordem de outrora e no desenvolvimento da idéia de que a democracia está sendo construída. Revela-se paulatinamente a substituição da importância da “revolução” pela “construção da democracia”. Esta última suscita uma contradição aparente no discurso de 1982: a “revolução” foi realizada para assegurar a democracia que estava ameaçada, se propôs a construir a democracia e Figueiredo, 18 anos depois, ainda está fazendo do país uma democracia.

1983

Os ministros militares Walter Pires, Maximiliano da Fonseca e Delio Jardim de Mattos é que regeram as comemorações deste ano.⁴³ Não há o pronunciamento do ditador, tal como ocorreu em 1981 e esta pesquisa não encontrou a razão para esta modificação nos ritos comemorativos. No entanto, as habituais missa e atos cívicos, bem como a promoção de oficiais e solenidades nos quartéis permaneceram.

1984: “Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação”

O último discurso do general Figueiredo sobre o aniversário do Golpe militar pouco se ateu ao tema “revolução”, abordou, sobretudo os debates gerados com a abertura política e uma avaliação dos vinte anos de ditadura.

“Brasileiros:

O movimento de março de 1964, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. Teve por objetivo assegurar ao novo governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. De maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependiam a restauração da ordem interna e o nosso prestígio internacional. Para isso, consoante deixou assentado, precisava institucionalizar-se, a fim de limitar desde logo os plenos poderes que dispunha.”

A limitada referencia ao mês de março de 64 continuava caracterizando o Golpe como um estancamento de uma situação problemática atravessada pelo país. No entanto, a

⁴³ Correio do Povo, 28 de março. capa

adjetivação deste período adquiriu um tom menos enfático e a própria mudança que precisou ser institucionalizada não foi referida como “revolução”, mas como “movimento de março de 64”. A presença de um discurso contrário ao dos militares pode ser percebida na preocupação de Figueiredo em esclarecer que o Golpe não se fundamentou em interesses restritos a um grupo, mas que expressou a vontade da nação.

Figueiredo iniciou a análise das mudanças legislativas realizadas a partir do governo Castelo Branco:

“Nos dezessete anos se sua vigência a Constituição de 1967, iniciativa do Presidente Castelo Branco, sofreu sucessivas alterações, que obedeceram a múltiplas e, às vezes, conflitantes contingências do processo revolucionário.

Tais alterações, que ocorreram por força de atos unilaterais do Governo, ou em virtude de emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, tiveram como consequência privar o texto constitucional da unidade lógica essencial ao estatuto político fundamental da Nação.

Além disso, nele foram introduzidas diretrizes que, se tiveram sua razão de ser em cada momento histórico, demandam a sua adaptação às novas circunstâncias sócias e políticas do momento que vivemos.”

As alterações a que se referiu o general foram mecanismos usados pelos militares durante todo o período ditatorial para adaptar a constituição quando esta já não mais continha em suas leis a legalidade necessária para legitimar as ações que barravam a atuação da oposição. Incluíam-se nesses mecanismos os Atos Institucionais e as emendas que demonstraram toda a arbitrariedade e autoritarismo que deram o suporte ao regime. Figueiredo, no entanto, pareceu reconhecer que estas modificações talvez não tivessem sido plenamente acertadas, mas necessárias dentro do “processo revolucionário”. Justificou estas medidas dentro da preservação de valores que considerava intrínsecos à pátria:

“O objetivo final que sempre nos moveu – a todos quantos nos engajamos nessa cruzada patriótica – consiste em preservar valores essenciais à nossa maneira de vida. Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação.”

O “regime democrático” apresentava seus avanços:

“Tenho plena consciência de que o caminho percorrido, sob o signo da democracia, que desejo plena e atuante, foi marcado por conquistas cujo alcance é desnecessário encarecer. Tais foram o restabelecimento das franquias fundamentais, a restituição dos direitos políticos aos que deles se achavam privados, bem como a concessão da anistia reclamada para a pacificação da família brasileira. Possuo consciência, também, como já tenho assinalado, de que a liberdade, garantida no passado, pode já ter sido igual, porém, não foi maior do que a liberdade hoje reinante no País.”

Ainda que não fosse necessário o reconhecimento das “conquistas”, estas foram ainda assim apresentadas. O polêmico projeto de anistia aprovado pelo Congresso Nacional em 28 de agosto de 79, atingia os acusados de crimes políticos ou conexos, os que tiveram seus

direitos políticos cassados, e os funcionários públicos e militares expurgados por envolvimento político. Mas excluía dos beneficiados grande parte dos presos e exilados: os “terroristas” – como eram classificados os militantes que haviam se envolvido em desapropriações, seqüestros e atentados na luta armada. Além disso, a concessão de anistia aos crimes “conexos” foi entendida como expansiva aos agentes do aparelho repressivo responsáveis pela tortura, assassinato e desaparecimento de centenas de brasileiros. Dessa forma, a “pacificação da família brasileira”, referida por Figueiredo, conquistada através da anistia, significou o apagamento dos crimes e arbitrariedades cometidos pela ditadura brasileira.

Inseriu-se como ponto de encerramento do pronunciamento uma questão protelada pelo regime, mas intensamente reivindicada pela sociedade que novamente se organizava na luta pelo protagonismo político: a eleição direta para a presidência.

“Entendo que, nas circunstâncias atuais da sociedade brasileira, o caminho mais adequado para atingir a plena institucionalização democrática do País é o indicado pela própria Constituição, que prevê modos eficazes para sua modificação e aperfeiçoamento. Poderes constituintes possui o atual Congresso Nacional, posta a questão em termos de reforma da Carta Magna, segundo a tramitação nela estabelecida.

Cumpra ao Governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição direta é inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro.”

[...]

A extinção desse alto Colégio, escolhido livremente e com mandato irrenunciável, violentaria compromisso político legítimo contra o qual, antes do resultado da eleição nada se levantou. Coisa que agora, no entanto, injustificadamente se faz.

Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas.

Manterei, pois, a eleição indireta, para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada pela tranquilidade da Nação, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional”.

As palavras finais tecem as argumentações do ditador para a permanência da forma de escolha do presidente; o autoritarismo revelou-se nos pronunciamentos que antes afirmavam com convicção a construção da democracia no Brasil. No final do mês de abril do mesmo ano, apesar de toda mobilização do movimento “Diretas-Já”, a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada no Congresso. Como conclui Carlos Arturi: “O continuísmo e o excesso de ‘garantismo’ tornaram-se as marcas da democratização outorgada brasileira, cujo êxito deve-se à combinação entre a estratégia voluntarista do regime autoritário e o auto-enquadramento

da maioria da oposição na lógica e nas regras impostas pelo regime autoritário. Em suma, a transição ‘pelo alto’ favoreceu a implantação da democracia mas não sua consolidação.”⁴⁴

A “revolução” esvaziou-se em seu sentido. A contribuição deste discurso para a compreensão da memória e do sentido do Golpe militar é pequena, já que o contexto de transição retira o foco deste evento; no pronunciamento a preocupação não é mais a comemoração da “revolução”, mas sim a tentativa de comprovar o “trabalho” bem feito pelos militares.

⁴⁴ ARTURI, Carlos S. *Transição política e consolidação da democracia: notas a partir da experiência brasileira*. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia; FRY, Peter (orgs), *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 155

Considerações finais

Não se pode afirmar que os pronunciamentos de Médici e Figueiredo conseguiram convencer de forma significativa a população brasileira sobre o evento que deu início aos longos 21 anos de ditadura civil militar. No entanto, é inegável que essa tentativa tenha ocorrido, vide a preocupação de rememorar o evento e comemorá-lo amplamente, em diversas esferas e rituais. Houve um intenso uso da “revolução” pela ditadura civil militar para que, atribuindo um sentido ao passado, ações arbitrárias fossem empregadas e assim justificadas. Da mesma forma, também se atribui à “revolução” as ações que, articuladas no diminuto grupo que controlava o país, obtiveram sucesso.

Os discursos de Médici demonstraram que a qualidade do passado pode ser dada segundo os seus reflexos no presente. Já os pronunciamentos de Figueiredo, que não contavam com um contexto histórico favorável, se detiveram ao passado para caracterizá-lo, valorizando-o, uma vez que o presente não possibilitava uma articulação positivada.

A leitura e análise dos discursos pôde revelar três aspectos que constituem os atributos dados ao Golpe civil militar para torná-lo legítimo. O primeiro deles é o aspecto de *salvação e redenção* que a intervenção militar deu à história do país, pois, como é unanimemente apresentado nos discursos a suposta situação caótica que flagelava o Brasil foi solucionada na efetivação dessa mudança, a “revolução”. Em segundo lugar, destaca-se que esta “intervenção heróica das Forças Armadas” contou com amplo apoio popular; como se ambos fossem protagonistas nesta ação, conferindo, então, um *caráter popular* à “Revolução Redentora”. Por fim, realizada essa mudança histórica, vislumbra-se o terceiro aspecto encontrado nessa pesquisa: a consideração do Golpe como *progenitor da nova era* em que entrava o Brasil. Tudo o que fosse fruto ou gerador do progresso só existiria porque houve, no passado, uma “revolução”, encarregada não apenas de “salvar o país”, mas de colocá-lo no caminho do desenvolvimento – possibilitando também que uma nova mentalidade e novas atitudes fossem criadas.

Observou-se que ocorreu uma mudança de perspectiva sobre o Golpe. Este foi progressivamente perdendo o seu caráter positivo – pois não tinha mais como escamotear seus aspectos negativos – , ao mesmo tempo que perdia sua dimensão no espaço público. Diante deste processo, nota-se uma tendência a considerar que somente os episódios tomados como benéficos à nação comporiam o quadro de referencia histórica, a história do Brasil. No caso

do golpe, este não mais carrega os atributos que anteriormente lhes eram conferidos, não garantindo espaço na História. A recordação do golpe militar configura-se muito mais como memória de grupos que têm interesse em recordá-lo do que em história, podendo-se pensar que foi estrategicamente “esquecido”. Se durante 20 anos ele representou a “mudança que o país precisava” e um importante ponto de referência para a identidade, hoje pouco se recorda o episódio que manchou a história do Brasil.

Fontes

Discursos de Médici:

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1970, *Nova consciência de Brasil*

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1971, *A tarefa de todos nós*

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1972, *O sinal do amanhã*

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1973, *Os vínculos da fraternidade*

Discursos de Figueiredo:

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1980.

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1982

Discurso comemorativo ao 31 de março de 1984

Publicados no livro de Discursos da Presidência da República pela Secretaria de Imprensa e

Divulgação dos respectivos anos

Bibliografia

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*. Bauru: Edusc, 2005.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2001.
- CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAUJO, Maria Celina.(org) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994
- COMBLIN, Joshep. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006
- FERRAZ, Joana D'arc Fernandes, *A Ditadura Militar no Brasil: as disputas pela memória*. Rio de Janeiro, Usos do Passado – Anpuh 2006.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs), *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol 3 e 4
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral, comemorações e ética*. Projeto História Oral, São Paulo, nº 15, p. 157-164, abri 1997.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- INDURSKY, Freda. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- _____. (org). *La Conmemoraciones: Las Disputas en Las fechas <<in-felices>>*, Madrid: Siglo XXI, 2002
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- O Processo Revolucionário Brasileiro*. Brasília: AERP, 1969
- POLLAK, Michael, *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol.2 n.3, 1989, p. 3-15

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil, de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia; FRY, Peter (orgs), *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993

REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil: 1964-1984 – Repressão e Pretensão de Legitimidade*. Londrina: Editora UEL, 2001.

Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 24 nº47. 2004

http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/6367_7.asp Verbetes “Revolução de 64”

Tabela de jornais consultados

Médici (1970-1973)

Ano	1970		1971		1972		1973	
Mês	Março	Abril	Março	Abril	Março	Abril	Março	Abril
ZH	26,29*	1º,02,03	25, 26, 27, 30	01, 02 e 03	25, 27,28, 29 e 30	03, 04 e 05	25, 26, 27, 29, 30 e 31	01, 02 e 03
CPovo	21,25,26,27,31	1º, 02 e 03	25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31	01, 02 e 03	25, 26, 28, 29, 30 e 31	02, 04 e 05	25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31	1º, 03 e 04

Figueiredo (1979-1984)

Ano	1979		1980		1981	
Mês	Março	Abril	Março	Abril	Março	Abril
ZH	25, 26, 27, 28, 29, 30, 31	1º	30 e 31	1º	31	1º
CPovo	25, 28, 29, 30 e 31	1º e 03	27,29 e 30	1º	31	1º

Ano	1982		1983		1984	
Mês	Março	Abril	Março	Abril	Março	Abril
ZH	30 e 31	1º e 02	30, 31	1º,02	25, 26, 27, 28 e 30	1º e 02
CPovo	25, 26, 30 e 31	1º,02, 03	29, 30, 31	1º,03,05,07	25 e 31	1º

Anexos

Anexo 1

a nossa revolução

Está no ar, na tranquilidade que ela proporciona, na paz. Fazemos tudo com amor, pensando no bem de você. Assim como fez a Revolução de 31 de março de 1964, que trouxe nova atmosfera de vida aos brasileiros, a ARCIL a cada dia que passa, desenvolve-se procurando trazer novos ares a toda uma nação. Neste oitavo ano de clima sadio, a ARCIL faz da meta da Revolução a sua meta: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por objetivo.

 **arcil**

A MAIOR LINHA DE CONDICIONADORES DE AR DO BRASIL.
RUA CRISTÓVÃO COLOMBO, 22 E 45 - FONES: 25-76-79 E 25-51-31

IMPACTO

Página 3



**COM ESTAS ARMAS NÓS
FAZEMOS UMA REVOLUÇÃO**

A Revolução de 1964 promoveu a limpeza geral do País. A ORBRAM diariamente vasculha canto por canto, sala por sala, varrendo tudo, espanando, lavando, polindo, enfim, promove uma limpeza geral em cada empresa sua cliente. A ORBRAM saúda a Revolução porque tem o mesmo objetivo do que ela: limpeza, segurança, vigilância, mão-de-obra especializada, conservação e guarda.

 **ORBRAM-ORGANIZAÇÃO E BRAMBILLA LTDA.**
LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, GUARDA E VIGILÂNCIA BANCÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL.

EM PÓRTO ALEGRE: LARGO VISCONDE CAIRÚ, 12, 11.º ANDAR - FONE 24-59-52